

## Lukács e a questão da democracia como estratégia

### Lukács and the issue of democracy as a strategy

Marcos Del Roio\*

**Resumo:** A questão da democracia como estratégia comparece no pensamento de Lukács de forma organizada nas chamadas Teses de Blum, redigidas em fins de 1928, como fórmula de luta contra a dominação burguesa e a desenvolve em 1945-47, na fase da nova democracia como caminho de superação do capitalismo. Lukács desenvolve também uma reflexão sobre a democratização socialista como fórmula de destruir a burocracia que havia germinado e se fizera poder e hábito nas experiências socialistas.

**Palavras-chave:** ditadura democrática; nova democracia; democratização socialista; stalinismo.

**Abstract:** The question of strategy firstly appears on Lukács' thought on the so-called Blum Theses, written towards the end of 1928 as a formula against bourgeoisie domination, further developed between 1945-47, phase of the new democracy as the path for overcoming Capitalism. Lukács also develops a reflection about socialist democratization as a formula to destroy the bureaucracy that had germinated, becoming power and habit in socialist experiences.

**Keywords:** democratic dictatorship; new democracy; socialist democratization; Stalinism.

Recibido: 3 noviembre 2020 Aceptado: 2 enero 2021

## 1. Introdução

A reflexão de Geörgy Lukács sobre a questão da democracia está bastante longe daquilo que a Ciência Política contemporânea defende. A ânsia em se fazer uma ciência particular dotada de métodos similares aos da economia, faz com que a Ciência Política se atenha ao pensamento liberal e se confunda com uma ideologia burguesa sem qualquer perspectiva de emancipação humana. A abordagem que Lukács faz da política e da democracia está fundada na Filosofia, que, por sua vez, implica uma práxis social, um cotidiano dos homens, para que seja uma visão da realidade concreta e

---

\* Marcos Del Roio é professor Titular de Ciências Políticas de UNESP – Universidade Estadual Paulista, FFC - Faculdade de Filosofia e Ciência, presidente do Instituto Astrojildo Pereira, editor da revista *Novos Rumos*

não de abstrações puras. Assim, nas formulações de Lukács tendem a prevalecer uma reflexão teórica metodológica da Política e da questão da democracia.

Certo que Lukács, assim como todo autor capaz de imprimir uma marca na História, é expressão do seu tempo e da (s) cultura (s) que vivenciou. No caso de Lukács, sua vida e cultura estiveram marcadas pela Hungria, Alemanha e Rússia. Desse ambiente histórico cultural é que retirou toda a seiva de sua vasta obra. Com alguma aproximação, pode-se dizer ter sido essa região que assistiu a eclosão da revolução socialista entre 1917 e 1921, momento durante o qual Lukács aderiu ao movimento comunista.

O pensamento sobre a questão democrática em Lukács (e no marxismo, mais em geral) está sempre acoplado ao tema da revolução, mesmo que de maneira não explícita. Ao observarmos as reflexões de Lukács podemos perceber que a sua produção escrita versa sobre duas linhas principais: uma primeira, que trata da questão da democracia revolucionária na Hungria, e outra que aborda a questão da democratização socialista do stalinismo, na URSS e na Hungria. No primeiro caso, trata-se da classe operária, aliada ao campesinato assumir o poder e dar início à transição socialista no segundo caso trata-se de derrotar a burocracia que se apossou do Estado socialista.

Trata-se então de seguir as reflexões de Lukács e ao final constatar se há ainda alguma atualidade no seu pensamento político, se suas expectativas se realizaram ou não. Importante lembrar que sua reflexão política aparece em documento partidário, artigos, conferências e entrevistas, com apenas um texto, póstumo, mais sistemático. Outro elemento a ser sempre considerado é que Lukács, de 1918 até a morte ocorrida em 1971 esteve sempre no interior do movimento comunista, mesmo nos momentos de marginalidade e perseguição.

## 2. A ditadura democrática.

Apenas no final de 1928 foi que o PCH (Partido Comunista da Hungria) conseguiu realizar o seu II Congresso. O PCH, a exemplo de todos os partidos comunistas, deveria se adequar às decisões tomadas no VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou de julho a setembro daquele mesmo ano. Esse congresso terminou em compromisso entre o grupo de Stalin e o grupo de Bukharin, que divergiam em torno do conteúdo da crise capitalista que se perscrutava e sobre os termos da continuidade da NEP (Nova Economia Política) na URSS. O compromisso se rompeu em favor dos stalinistas logo depois de finalizado o congresso.

O congresso do PCH deveria também ser expressão de um compromisso entre as facções que se digladiaram nos anos anteriores. Quando o Comitê Executivo da IC enviou uma carta aberta ao PCH, com denúncias sobre eventuais “desvios de direita”, o Comitê Central do partido reprovou as teses escritas por Lukács para o congresso que se aproximava, identificadas como “direitistas” e “oportunistas”. O congresso, finalmente reunido em fevereiro / março de 1930, confirmou o descarte do documento, uma expressão precoce da era Stalin na URSS e Rakosi na Hungria.

O texto, que ficou conhecido como ‘Teses de Blum’ se dividia em cinco partes, a última das quais trazia o nome de “Os problemas principais da situação atual”. A primeira seção da parte 5 chama-se “Ditadura Democrática”, onde Lukács expõe sua teoria da revolução democrática e socialista. Nessas poucas páginas, Lukács apresenta a ditadura democrática como meio de passagem para a ditadura do proletariado. Parece bastante claro que Lukács traduz para as condições húngaras o processo

revolucionário ocorrido na Rússia, em 1917, e da própria Hungria entre novembro de 1918 e março de 1919. De fato, entre a revolução burguesa de março de 1917 e a revolução socialista de novembro, vigeu na Rússia uma ditadura democrática, um período sem qualquer ordem jurídica e com dois polos de poder que disputavam a direção do Estado: o governo provisório e os conselhos operários.

Todavía Lukács chama atenção para a necessidade de se perceber que “la dictadura democrática, pues, como realización perfecta de la democracia burguesa, es, en el sentido estricto de la expresión, un campo de batalla, un campo de lucha, que habrá de decidirlo todo, entre la burguesía y el proletariado”. Acrescenta ainda que

“la dictadura democrática es una posibilidad para crear aquellas formas organizativas con ayuda de las cuales las amplias masas de trabajadores hacen valer sus intereses frente a la burguesía. En el presente estadio evolutivo, la dictadura democrática es por principio incompatible con el poder económico y social de la burguesía, aun cuando el contenido explícito de clase de sus objetivos concretos y de las demandas que es preciso realizar de manera inmediata, non supera el marco de la sociedad burguesa, e incluso es la realización perfecta de la democracia burguesa”.<sup>1</sup>

Note-se que Lukács afirma que a ditadura democrática abre a possibilidade de sublevação das massas em direção à ação revolucionária espontânea e a criação de formas organizativas próprias a fim de fazer valer os seus interesses contra a burguesia. A essa, por sua parte, interessa estancar e suprimir a espontaneidade das massas e as suas organizações, de modo a normatizar a democracia conforme os interesses da hegemonia econômica da burguesia. Assim que “la dictadura democrática es, pues, una forma de transición dialéctica a la revolución del proletariado ... o a la contrarrevolución, aun cuando, en su contenido inmediato, concreto, non va mas allá de la sociedad burguesa” e mais, “la dictadura democrática solo puede ser entendida, entonces, como la transición concreta a través de la cual la revolución burguesa se transforma en la revolución del proletariado”.<sup>2</sup>

Na democracia burguesa radicalizada como ditadura democrática, a burguesia é ainda a classe dominante do ponto de vista econômico, mas o poder político encontra-se assediado. O essencial é saber se a democracia organiza a classe operária e se endereça para a ditadura proletária ou a desorganiza e a perspectiva passa a ser da contrarrevolução. Assim, não há um valor intrínseco à democracia, depende de qual classe organiza a ordem social e desorganiza a classe antagonica.

Para Lukács, então, a ditadura democrática representa um nexo dialético entre a revolução burguesa e a revolução proletária, em um movimento revolucionário único, sem desenlace pré-estabelecido. A revolução socialista pode ser barrada pelo estabelecimento de uma forma jurídica constitucional ou por uma aberta contrarrevolução violenta. Pressupõe-se então que Lukács trate, de maneira mais ampla, de Países atrasados, do ponto de vista capitalista, nos quais a revolução burguesa não havia ainda se completada.

A abertura das condições de uma ditadura democrática, de um ou outro modo, pressupõe a compreensão da democracia burguesa na era do imperialismo, em particular depois da guerra mundial. Os Estados Unidos da América, com a particularidade histórica de não ter tido um passado feudal e de ter configurado um espaço de ampla liberdade de acumulação, assim como instituições democráticas

<sup>1</sup> György Lukács, “Tesis de Blum”, *Escritos tempranos*, Buenos Aires, Ediciones El Cielo por Asalto, 2005, p. 236

<sup>2</sup> Lukács, op. cit., p. 237

burguesas capazes de impedir a ascensão política da classe operária, se fez de paradigma para as burguesias europeias. Ao mesmo tempo, no interesse da burocracia operária, “la socialdemocracia está empenhada em ayudar a construir una democracia de tipo americano en todos los Estados de Europa”.<sup>3</sup>

Lukács identifica duas diferentes formas de fascistização na Europa: um fascismo clássico, como na Itália, e um fascismo democrático, como na Alemanha e Inglaterra. Fascismo aqui, em primeiro lugar, trata da relação entre Estado e classes sociais, em particular entre Estado e sindicato. Em todos os casos aparece a necessidade de o imperialismo introduzir “tendências fascistas” nos sindicatos, ainda que de formas diversas. No caso da Itália, a contrarrevolução da pequena burguesia teve dificuldades para consolidar o poder do grande capital e mesmo grande parte da burocracia sindical teve que deixar espaço para os novos sindicatos estatais fascistas. Na Alemanha foi aplicada uma lei de “conciliação estatal”, com a qual o Estado passa a ser mediador do conflito de classe.

Então, na reflexão de Lukács a oposição simples entre democracia ou fascismo é uma falsa questão, que

“oculta a los trabajadores los auténticos objetivos de clase del tipo de democracia que es posible en el imperialismo actual, y respalda la opresión de las luchas de clases, la prevención institucional de las luchas por el salario, la introducción de tendencias fascistas en los sindicatos, la integración de la socialdemocracia y de la burocracia sindical en el aparato estatal fascista.”<sup>4</sup>

Insiste Lukacs que

“Hay que mostrar que la evolución democrática que está empezando a desarrollarse aquí y en las “democracias occidentales” es un género de fascistización que – en oposición al tipo italiano – se basa en el trabajo mancomunado de la gran burguesía y de la burocracia obrera.”<sup>5</sup>

Assim, Lukács defende a consigna que começava a vicejar na IC, de “classe contra classe”, que seria teórica e praticamente mais correta, pois se prestaria a defesa da concepção de que democracia mesmo seria aquela vigente na situação de ditadura democrática, na qual a direção da vida social estaria em disputa aberta entre as classes fundamentais. De imediato, a oposição mais acertada então seria entre a ditadura democrática e fascismos de todos os tipos, mas em perspectiva a oposição seria entre ditadura proletária e ditadura do capital. A fusão entre grande capital e Estado vinha desde antes da guerra mundial, mas se acentuou depois desse período, agora com o respaldo das camadas dirigentes das classes trabalhadoras.

Sobre a Hungria, Lukács avaliava que depois da contrarrevolução conduzida em 1920, pela pequena burguesia e pelo campesinato acomodado, havia sinais, no fim dos anos 20, de que o regime se encaminhava para a “ocidentalização” com a institucionalização de uma monarquia constitucional, que seria ao fim a versão húngara de um fascismo democratizado. Ao PCH tocava lutar pela república, mas

---

<sup>3</sup> Lukács, op. cit., p. 238.

<sup>4</sup> Lukács, op. cit., p. 239.

<sup>5</sup> idem

como uma consigna que implica a luta contra a fascistização e a conciliação estatal, uma luta de classe contra classe, por um governo de operários e camponeses, pela ditadura democrática.

A luta do partido, nas condições concretas da Hungria, onde formas feudais sobreviviam junto com um capitalismo relativamente desenvolvido, teria que estar centrada na questão agrária, com a proposta de expropriação do latifúndio e de ocupação revolucionária da terra. Assim que “también aquí el PCH es el único partido que inscribe en su bandera la realización consecuente de las demanda de la revolucion burguesa”, mas sem se esquecer que “los vestígios del feudalismo solo pueden ser extirpados mediante la eliminacion del capitalismo”.<sup>6</sup>

Enfim, a concepção de Lukács era de que na Hungria se lutava contra um processo de fascistização institucionalizado e que a luta deveria estar centrada na instauração de uma democracia sem amarras e limites – a ditadura democrática –, que levasse ao extremo a revolução burguesa e que se fizesse terreno de luta da classe operária pela direção da vida social em direção à revolução socialista. Lukács reprisava aqui o raciocínio da dialética da revolução que Lênin havia proposto já em 1905, mas na situação política ideológica vigente na IC naquele ano de 1929, essa orientação estratégica era inaceitável. Para a direção da IC, na qual agora predominavam os apoiadores de Stalin, a avassaladora crise capitalista que germinava, levaria a classe operária a assumir posições revolucionárias tais a buscarem a instauração direta da ditadura proletária, sem estágios intermediários, sem mediações dialéticas.

O descarte da tese escrita por Lukács fez que ele abandonasse a militância política direta e que, depois de um ano na Alemanha, fosse para a URSS em busca de aprofundamento em seus estudos filosóficos. De fato, como o próprio Lukács entendeu, foram nos anos 1929-1933, que a sua percepção do marxismo mudou decididamente para a centralidade da prática social, da práxis cotidiana e da práxis revolucionária.

Lukács teve que conviver com o regime staliniano sem jamais oferecer a sua adesão. Chegou a ser detido em 1941, em circunstâncias pouco claras, mas que podem ter algum vínculo com o texto escrito no ano anterior, “Tribuno do povo ou burocrata?”.

Nesse texto Lukács parte da imagem criada por Lênin, o qual opõe o tribuno do povo, como a postura do militante revolucionário, ao burocrata, mero administrador de sindicato, administrador de condições dadas e sem perspectiva de mudanças criativas. O burocrata se mantém no nível da consciência espontânea das massas enquanto que o tribuno rompe com a espontaneidade de maneira que a consciência se desenvolva.

“A semente da espontaneidade se torna fruto – e a classe em si (para usar a linguagem hegeliana) torna-se classe para si somente por meio da obra clarificadora de tal consciência. Quem a desperta é o tribuno”.<sup>7</sup>

A consciência espontânea aceita o capitalismo, a burocracia é própria do capitalismo, assim que “a espontaneidade transforma-se em burocratismo conforme um processo que não é mais do que a intensificação extrema do hábito, que é o efeito conservador, socialmente estabilizante, da própria

---

<sup>6</sup> P. 243-244.

<sup>7</sup> György Lukács, “Tribuno do povo ou burocrata?”, *Marxismo e teoria da literatura*, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010, p. 111.

espontaneidade”.<sup>8</sup> Por sua vez, “a criação do hábito faz nascer nos homens da sociedade capitalista uma relação espontânea e mecanicista, de mero registro burocrático, diante dos problemas da vida”.<sup>9</sup>

Mas se a consciência espontânea tem relação direta com o burocratismo e com a definição de determinado hábito conservador no capitalismo, qual seria o significado do burocratismo no socialismo? Lukács recorda que desde 1918, Lênin havia apontado o problema do burocratismo e que também Stalin conclamara a luta contra o burocratismo em diversas ocasiões. Isso significa que a burocracia e o burocratismo como hábito são funestos no socialismo, são heranças do absolutismo e do capitalismo, que devem ser eliminadas.

O capitalismo favorece a expansão da burocracia e do burocratismo, mas

“no socialismo, ao contrário, o próprio desenvolvimento da economia, o despertar das massas para a vida cultural, e a expansão cada vez maior da democracia, provocam uma reação ao burocratismo, e o Estado, o Partido Comunista e as organizações sociais lutam conscientemente para liquidá-lo”.<sup>10</sup>

Assim é que a questão entre espontaneidade e consciência aparece novamente, mas em novas condições. Na medida em que a economia se organiza em sentido socialista a consciência espontânea também segue essa tendência, mas pode muito bem se descarrilar e se tornar hábito burocrático. Por isso que Lukács chama atenção para a necessidade de se desenvolver a consciência socialista e esse esforço cabe o tribuno do povo. Enfim, Lukács encontra uma nova atualidade na formulação de Lênin. E isso é o mesmo que dizer que as massas trabalhadoras ainda não se encontram preparadas em termos de prática social, de consciência, para o exercício da democracia e do autogoverno.

Em 1940, a leitura de Lukács era que a experiência socialista na URSS estava deformada pela sobrevivência da burocracia e do burocratismo e essa sobrevivência derivava em grande medida dos limites culturais, da insuficiência do desenvolvimento da consciência socialista e da difusão de um novo hábito social efetivamente socialista. Seria trabalho dos intelectuais comunistas, como tribunos do povo, investir na educação por uma consciência socialista e um novo hábito cultural. Não seria outra a indicação de Lênin nos seus últimos escritos.

O otimismo de Lukács poderia ser contestado por problemas como a resistência da burocracia ou mesmo se a burocracia, mais que uma sobrevivência indesejável do absolutismo e do capitalismo não seria a expressão de uma forma de reorganização do absolutismo e do capitalismo. De todo modo, Lukács tinha muita clareza que burocracia e democracia são opostos inconciliáveis.

### 3. A nova democracia

A ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933, implicou grave perigo a todos os povos da Europa, em particular àqueles do Leste. Não demorou muito para que a Hungria e a Áustria se aproximassem da Alemanha, logo seguidas por Polônia e Itália. O enorme risco para sobrevivência das democracias burguesas e, mais ainda, do movimento operário e seus partidos, clamou por uma gainada

---

<sup>8</sup> Lukács, op. cit., p. 118.

<sup>9</sup> Lukács, op. cit., p. 119.

<sup>10</sup> Lukács, op. cit., p. 138.

na ação política de comunistas e socialistas, que de duros contendores pela direção da classe operária, teriam que passar a serem aliados contra o poderoso inimigo comum. Assim que entre 1934 e 1938, amadureceu a política que ficou conhecida como de frente popular antifascista.

A amplitude e o conteúdo da frente popular, segundo G. Dimitrov, o seu mais importante formulador, seria variável e de acordo com a situação concreta de cada País. Na Frente Popular, em torno ou junto com a classe operária deveriam estar o campesinato e a pequena burguesia, nos Países mais avançados, mas nos Países submetidos ao imperialismo poderia acontecer de também partes da burguesia se juntaram a luta anti-imperialista e antifascista.

Em 1937, em seguida à invasão da China pelo Japão e a anexação da Áustria pela Alemanha, em 1938, foi percebido como a ameaça fascista havia se mundializado e que a própria independência nacional dos povos estava em grande risco. A questão nacional voltava fortemente à baila. De tal maneira, prospectou-se um alargamento da frente popular, que passaria a ser uma frente nacional da qual, em tese, só estariam excluídas as forças fascistas e os setores das classes dominantes que lhes davam respaldo. Essa política esteve vigente no movimento comunista até 1947, e trouxe sucessos significativos.

Do ponto de vista teórico, já se começava a falar que a derrota do fascismo não traria de imediato o momento de implantação da ditadura proletária, mas seria mais provável uma fase intermediária durante a qual o proletariado lutaria pela direção da vida social. Tagliatti chamou essa fase de *democracia progressiva*, segundo leitura feita da situação da Espanha em guerra civil (1936). Dimitrov preferiu chamar esse período de *democracia popular* -- expressão que teve maior difusão -- e Mao qualificou essa fase como *nova democracia*.

Foi na resistência armada contra o nazifascismo no decorrer da guerra aberta dos anos 40 é que essa política dos comunistas apareceu como bem sucedida, tendo mesmo sido projetada em aliança entre Estados no combate ao eixo nazifascista. Quando a Alemanha atacou a URSS e, logo depois, o Japão agrediu os EUA, do ponto de vista objetivo as alianças se explicitaram. Em três reuniões de alto nível URSS, EUA e Grã-Bretanha discutiram os termos da aliança e também as possibilidades do que estaria por vir com a vitória. As diferenças e reivindicações de cada um foram postas à mesa em Tehran (novembro de 1943), Yalta (fevereiro de 1945) e Potsdan (julho de 1945). Ficava evidente que o destino, não só da Alemanha e seus aliados estariam condicionados por esses acordos, mas também de outros povos da Europa e Ásia.

A resistência dos povos e o avanço do Exército soviético em direção a Berlim decidiu a derrota nazista e a libertação dos povos da Europa oriental. Nesse conjunto heterogêneo de Países encontravam-se aqueles que foram aliados da Alemanha e aqueles outros que foram apenas ocupados e pisoteados pelo invasor alemão. Em todos eles, contudo, foram formados governos de frente nacional antifascista, que fundaram regimes políticos que ficariam conhecidos como de *democracia popular*. Certo que conflitos internos a essas frentes políticas ocorreram em diferentes medidas. A avaliação de cada caso deve passar pela posição de cada País na guerra, pela política agrária e pelo peso relativo dos comunistas.

O regime protofascista da Hungria, instalado desde 1920, sobre as cinzas da república dos conselhos, foi um aliado firme da Alemanha nazista, tendo mesmo participado do ataque a URSS. Diante do avanço das tropas soviéticas e o recuo da Alemanha, o regime do Almirante Horthy ruiu em 1944 e foi logo substituído por um governo provisório de coalizão antifascista. A dialética positiva entre os partidos da Frente nacional possibilitou que essa governasse e implantasse uma agenda de reformas



substantivas em todas as áreas da vida social. O PCH era minoritário dentro da Frente, mas a política de busca de consensos e a presença do exercito soviético fazia com que a prioridade fosse a erradicação dos fundamentos econômicos e sociais do fascismo, assim como da ideologia fascista. Era o que os comunistas chamavam nova democracia, a via húngara ao socialismo. Com suas particularidades, era essa a rota que seguiam todos os países da Europa oriental.

Lukacs, que passara 15 anos na URSS, retorna a Hungria em agosto de 1945, cheio de entusiasmo para contribuir com o reerguimento do País. Como membro do Parlamento e do conselho da Frente, participa com afinco da luta cultural e ideológica e na discussão sobre o conteúdo e significado da *nova democracia*. Em 1946 profere uma conferencia em Genebra, a qual seria publicada na Hungria logo depois com o título de *Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo*. Esse texto, carregado de otimismo com a esperada manutenção da coalizão entre URSS – EUA – Grã Bretanha, trata das possibilidades de uma progressão democrática que abraze as portas do socialismo.

Quando pensava em nova democracia na Europa, em 1946, Lukács não excluía França e Itália, países nos quais a classe operária e os comunistas haviam lutado na linha de frente contra o fascismo e ganhado um peso ponderável na vida política do pós-guerra, com participação mesmo nos governos de unidade nacional. Mas a ideologia fascista estava presente em toda parte e “o fascismo, como concepção de mundo, é, antes de mais nada, o apogeu qualitativo de teorias irracionistas no domínio da epistemologia e aristocráticas no plano social e moral - (...)”.<sup>11</sup>

Somente com a erradicação das raízes espirituais e morais do fascismo é que se estabelecem as condições para a democracia.

“Só se pode falar de democracia quando desaparecerem todas as formas de dependência do homem frente ao homem, de desigualdade social e de ausência de liberdade. Trata-se, pois, de alcançar uma liberdade e uma igualdade sem discriminação de condição econômica, nacionalidade, raça, sexo”.<sup>12</sup>

A nova democracia é muito diferente da democracia formalizada pelo liberalismo, pois essa mutila a individualidade. A cisão entre homem e cidadão, mutila o individuo, esvazia o cidadão, de modo que “a democracia formal do liberalismo privatiza o individuo”.<sup>13</sup>

Lukács anota ainda como a crise do liberalismo é um momento da decadência ideológica da burguesia, a qual dá vazão ao pessimismo e a irrupção do irracionismo, do racismo. A derrota militar do fascismo na guerra foi de suma importância, sem dúvida, mas permanecem vivas as suas concepções ideológicas, que, a qualquer momento podem de novo irromper na cena histórica. Daí a enorme importância da luta ideológica contra o fascismo e seus eventuais rebentos.

A crise da democracia liberal é que possibilitou a ascensão do fascismo, mas teria sido entre os povos de maior “espírito democrático” que a resistência foi maior (Lukács cita a URSS, a Iugoslávia e a França como exemplos). A constituição de uma visão democrática do mundo é ação política e ideológica imprescindível para que a fascismo não possa se manifestar novamente, ainda que em outro formato, atualizado. No entanto, essa reforma ideológica só poderá acontecer se o conteúdo social

<sup>11</sup> György Lukács, “Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo”, *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009, p. 25.

<sup>12</sup> Lukács, op. cit., p. 28.

<sup>13</sup> Lukács, op. cit., p. 30.



existente na França de 1793 e na Rússia de 1917, novamente se manifestar. Essas seriam algumas das condições para que a *nova democracia* viesse a florescer. Mas como isso pode se processar? A resposta de Lukács “é na medida em que os homens combatem pela nova democracia, na medida em que a constroem, que desperta neles o espírito cidadão; transformada a sua concepção de mundo, entram na luta pelas instituições da nova democracia”.<sup>14</sup>

Lukács desde logo vincula a democracia (e o socialismo) ao cotidiano. A democracia deve ser parte integrante da vida social, de todas as relações sociais. Só assim o homem pode se sentir parte do gênero humano. Lukács afirma que para se chegar a esse momento deve-se estimular os elementos de democracia direta, pois é “precisamente o fato de que todas as questões concretas da vida cotidiana, enquanto questões da vida pública, interessam e dinamizam as massas mais amplas demonstra que a sua inserção na democracia proletária é um processo consciente”.<sup>15</sup>

Na Europa, naquele imediato pós-guerra a luta estaria entre a construção de uma nova democracia como modo de vida ou de uma democracia apenas como forma jurídica. Se surgiria uma democracia proletária ou uma democracia burguesa. A resposta para o dilema está pois na evidencia de qual classe dirigiria o processo social.

A reflexão de Lukács sobre a questão da democracia foi retomada em dezembro de 1947, em uma conferência proferida em Milão, Itália, e que trazia o nome de *As tarefas da filosofia marxista na nova democracia*. Em setembro deste mesmo ano havia sido fundado o Kominform – Comitê Comunista de Informação, que era já um indício da eclosão da guerra fria, seguido pelo conflito entre URSS e Iugoslávia. Por ora, Lukács ainda tinha toda a liberdade de expor as ideias sobre a nova democracia, o possível caminho socialista para a Hungria e toda a Europa oriental, guardada toda a sua diversidade nacional.

Essa conferência retoma alguns temas tratados na exposição precedente como a necessária crítica da democracia burguesa com a análise da relação dialética entre forma e conteúdo. A recomposição apenas da forma jurídica democrática implica a recomposição da democracia burguesa, que não passa de uma forma de ditadura da burguesia. Seria preciso ter em conta que a nova democracia poderia ser uma possibilidade de se chegar à ditadura do proletariado, da qual emerge a democracia proletária.

Nesse momento, Lukács já percebe que a estrada da nova democracia só permanece aberta para alguns Países da Europa, considerada a expulsão dos comunistas dos governos de França e Itália. A nova democracia não pode ser uma forma que preserve privilégios,

“mas que ofereça ao povo trabalhador a possibilidade de constituir uma sociedade em que a propriedade privada capitalista subsista – submetida a limitações, controles, etc. --, na qual, todavia, os interesses vitais, materiais e culturais do povo trabalhador, sejam predominantes e decisivos”.<sup>16</sup>

Lukács entende que “se vislumbrarmos um caminho para o socialismo, novo, mais lento e que talvez exija menos sacrifícios, devemos aproveitá-lo e percorre-lo – desde que o avaliemos

---

<sup>14</sup> Lukács, op. cit., p. 50.

<sup>15</sup> Lukács, op. cit., p. 50.

<sup>16</sup> Geörgy Lukács. “As tarefas de filosofia marxista na nova democracia”, *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009, p. 56.

permanentemente com o metro da crítica de Lênin, (...). Mas esse caminho terá que “fazer triunfar a superioridade do conteúdo sobre a forma, ou seja, afirmar, teórica e praticamente, a prioridade do conteúdo político-social em relação à forma jurídica”.<sup>17</sup>

Esse caminho não é tão simples assim, pois o fato de talvez ainda predominar na nova democracia a concepção burguesa de prioridade da forma jurídica, as massas populares podem se deixar levar. O significado disso é que a direção política e ideológica da nova democracia encontra-se em disputa e na dependência de qual classe fundamental prevalecer, a nova democracia pode avançar para a democracia proletária ou regredir para uma democracia formal liberal burguesa, quando não para alguma variante de restauração do fascismo. Dessas possibilidades em aberto, a fim de que a nova democracia se encaminhe para o socialismo, para que seja uma aproximação do socialismo, é necessário encontrar uma determinação dialética da totalidade social a fim de que se possa priorizar o conteúdo. Ora, a totalidade é composta por forças antagônicas em luta e também por totalidades parciais subordinadas, de modo que a totalidade social é relativa.

A importância da assimilação dessa concepção filosófica fica comprovada no entendimento do que seja o plano. A correlação de forças é que determina a orientação do plano, se atenderá ou não as demandas da classe trabalhadora. Assim que

“para as novas democracias se coloca o problema econômico, inteiramente novo, de provocar, no movimento espontâneo do sistema capitalista ainda vigente, através do jogo da dominação real de posições econômicas determinadas, as modificações de orientação desejadas”.<sup>18</sup>

É já bastante evidente que para Lukács, democracia significa protagonismo consciente e organizado das massas, mas não apenas com interferência no plano econômico, mas no conjunto da vida social. O plano econômico é uma premissa indispensável, mas o conceito de plano se espalha também para o movimento cultural, cujo objetivo inicial é a elevação do nível cultural dos trabalhadores da cidade e do campo, a fim de que se tornem mais conscientes da sua posição social. Por suposto que a nova sociedade é construída ao mesmo tempo em que a nova cultura e o “novo homem”, mas também na luta contra a ideologia burguesa.

A luta ideológica contra a tradição burguesa significa lutar contra o individualismo em favor de uma nova ética social. Lukács explicita que

“A nova ética, ao contrário [daquela burguesa] afirma em primeiro lugar que o homem social (o *Mitmenschen*) não constitui um limite para os outros, mas, ao contrário, é um fator essencial da sua liberdade. O indivíduo só pode ser verdadeiramente livre numa sociedade livre.”<sup>19</sup>

É essa uma condição para que os homens se sintam plenamente como parte do gênero humano, como responsáveis pelo destino da humanidade. Esse sentimento e essa convicção devem se expressar na práxis da vida cotidiana, como ética, portanto. Nessa concepção a formação humana

---

<sup>17</sup> Lukács, op. cit. p. 57.

<sup>18</sup> Lukács, op. cit., p. 60.

<sup>19</sup> Lukács, op. cit., p. 75

finalmente imbrica a formação individual com a formação genérica do homem. Não só a ideologia liberal é incapaz de cumprir essa finalidade humanizadora, mas tampouco a ideologia religiosa. A difusão da práxis histórica no cotidiano, que busca a emancipação, é expressão da consciência social.

Lukács destaca ainda a questão nacional como vinculada ao problema da democracia. Na época burguesa, na realidade, as nações estão divididas em “duas nações”, na qual predomina a “nação” da classe dominante. No pós-guerra era particularmente evidente que a nação plebeia era a verdadeira nação, a que mais defendeu os interesses nacionais frente a agressão fascista interna e externa. Mais ainda, foi a nação plebeia que vinculou a existência plena da nação a existência de uma plena democracia e oferece assim também a possibilidade do pleno florescimento da cultura nacional. Na visão de Lukács, a nova democracia que assim surgia tinha condições favoráveis para avançar para o socialismo e construir uma relação solidária entre as nações que ingressassem essa trilha.

Entre 1944 e 1947, pareceu a muitos, não apenas a Lukács, que estaria efetivamente aberto o caminho para uma nova democracia que servisse como aproximação rumo a democracia socialista. De fato, o que nessas conferências Lukács qualifica como nova democracia foi mais geralmente chamada de democracia popular, imagem derivada da vitória da frente popular contra o fascismo, tal como pensado ainda no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935. Desde cedo se percebeu que essas experiências de nova democracia tendiam a se restringir a Europa oriental, a ampla zona libertada com o fundamental auxílio do exército soviético.

Era bem conhecida a diversidade entre aqueles Países, que a correlação entre as forças sociais e políticas variavam bastante, mas se contava muito que a colaboração entre os povos e governos contribuiria para o avanço da nova democracia no seu fundamento nacional popular. Um êxito maior se aguardava onde o partido comunista fosse mais forte, como nos casos de Checoslováquia e Iugoslávia. Mais ou menos difícil em outros Países. No entanto, talvez mais do que a correlação das forças nacionais a relação entre as nações vitoriosas na guerra é que determinaria o destino dessas experiências históricas promissoras, como pensavam muitos dirigentes políticos e intelectuais como Lukács.

Já em 1947, o chamado Plano Marshall de empréstimos para a reconstrução da Europa por parte dos Estados Unidos, desdobrado, em março, na “doutrina Truman”, foi a chave que rompeu a aliança com a URSS. O resultado político foi que os comunistas foram postos para fora dos governos de unidade nacional presentes na Europa ocidental, com destaque para França e Itália, transformados em inimigos internos. Da outra parte, na Europa oriental foi os partidos burgueses, pequeno burgueses, camponeses é que foram afastados dos governos, num processo bastante dramático.

O Kominform foi articulado em setembro de 1947, com o objetivo claro de impor a todos os países da Europa oriental as diretrizes de economia política já vigentes na URSS. As implicações seriam centralização do poder político no partido comunista, cuja direção estaria de pleno acordo em aprofundar as nacionalizações, investir na indústria pesada e de defesa e coletivizar a terra. A resistência dos camponeses foi reprimida, assim como foi a pequena indústria privada. Em todos os Estados a nova linha saiu vitoriosa, com exceção da Iugoslávia. Na verdade, o contencioso URSS e Iugoslávia foi útil na luta contra aqueles que defendiam a linha anterior da nova democracia, como pensada por Lukács e outros. Agora todos que mantinham alguma simpatia pela Iugoslávia passavam a serem acusados de “titoístas”.

Em junho de 1948, a Iugoslávia foi excluída do Kominform e a disputa pela orientação política a ser impressa nas novas democracias ou democracias populares se aprofundou. No caso da Hungria, a

direção de László Rajik, que tinha em Imre Nagy, um de seus mais importantes colaboradores, começou a ser fortemente contestada até se chegar à absurda acusação de traição. Processado, Rajik foi condenado à morte em outubro de 1949. Nesse momento já havia ocorrido a “fusão” do PCH com o partido socialdemocrata, com o novo nome de Partido Operário. Em paralelo, Lukács foi vítima de dura perseguição ideológica, com acusações das mais estapafúrdias, que fecharam as suas possibilidades de expressão. O silêncio de Lukacs durou até que, em 1953, com a morte de Stalin, a oposição à direção de Matias Rakosi pudesse ser contestada e se abrisse um período de grave crise política, que durou até 1957.

Observou-se na Hungria, depois de 1948 um processo que ao promover a coletivização do campo, a industrialização e a burocratização de todas as instancias do Estado, formou um socialismo de Estado, de caráter acentuadamente repressivo. Rompeu-se a sempre títubeante aliança operário camponesa e o descontentamento grassou mesmo na classe operária. Repetiram-se os erros mais grosseiros de quando da revolução de 1919.

Com a morte de Stalin, em março de 1953, teve início mudanças políticas na URSS e em quase toda a Europa oriental. Na Hungria, para se preservar no poder, Rakosi solicitou que Nagy, a mais importante expressão da oposição dentro do partido, voltasse ao governo. O compromisso persistiu até abril de 1955, quando Nagy foi novamente afastado e novas medidas repressivas foram tomadas. Uma rebelião das massas contra a burocracia do partido e do Estado estava germinando enquanto que o imperialismo investia numa aberta contrarrevolução.

O XX congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, com as denúncias relativas ao período staliniano, deu impulso ao processo de democratização, em particular na Hungria e na Polônia. A crise húngara foi muito profunda tanto que o partido chegou a dissolver-se e as portas para uma caçada aos comunistas se abriram para a direita fascista. Nagy, mais uma vez retornado ao governo, pensava resgatar a experiência da *nova democracia*, de 1945-1947, mas a sua proposta de sair do Pacto de Varsóvia e fazer da Hungria um País neutro, como a Áustria, foi um desastre, porquanto, no mesmo momento, eclodia a crise do Suez e Israel atacava o Egito. Nessa circunstância aconteceu a intervenção militar soviética, que reestabeleceu a ordem: forma abafadas tanto a contrarrevolução como a revolução democrática, que via ressurgir os conselhos operários.

Lukács esteve envolvido na luta pela democratização como um tribuno do povo, mas as exacerbadas contradições postas na situação internacional, a resistência da burocracia e os erros táticos de Nagy, levaram-no mais uma vez ao isolamento e por fim a deportação para a Romênia, onde permaneceu até abril de 1957, quando o novo governo, encabeçado por Janos Kadar, autorizou a sua volta. Em junho forma-se um novo partido de governo, o Partido Operário Socialista da Hungria, do qual Lukács ficou apartado e continuou a ser vítima de críticas das mais fortes. Sem se abater, deu continuidade ao seu projeto filosófico de uma Estética marxista.

#### 4. A democratização socialista.

Em 1962, logo após o XXII congresso do PCUS, que retomou a questão da época de Stalin, Lukács foi inquirido pela revista italiana *Nuovi Argomenti* a se pronunciar sobre o seu entendimento do que fosse o stalinismo. Lukács se expressou em longa carta dirigida ao editor da revista.

Desde o XX congresso do PCUS, a questão se colocava em torno do problema do culto à personalidade de Stalin, em torno do problema da criação de um mito. Lukács contesta essa abordagem e subscreve uma observação feita por Togliatti para quem o entendimento do que havia se passado na URSS demandava uma pesquisa apurada da história social. Lukács reafirma então que “o ponto de partida só poder ser a situação interna e internacional em que se processou a revolução proletária russa de 1917”.<sup>20</sup>

O problema do atraso econômico e cultural era sabidamente difícil de ser contornado, mas se agravou ainda mais com o isolamento da Rússia revolucionária. Lênin sabia das dificuldades em se desenvolver a democracia proletária frente a um Estado burocratizado herdado do czarismo. Entre as alternativas postas em seguida à morte de Lênin, Lukács descarta as teses de Trotsky como oscilantes entre a aventura e a capitulação. Quanto a Bukhárin observa apenas que esse pensava mal o marxismo, mas se exime de criticar a sua estratégia para a transição socialista. Lukács então opina que a posição de Stalin estava correta na disputa ocorrida em torno dos caminhos do processo de construção socialista. Mas reconhece que, para Stalin, vitorioso na contenda, “o problema central, que objetivamente consistia na obtenção de um ritmo acelerado de industrialização, era, com toda probabilidade, difícil de ser resolvido nos quadros da democracia proletária normal”.<sup>21</sup>

Acontece que Stalin teria passado dos limites necessários. Ora, é claro que é muito difícil definir esses limites dos quais fala Lukács. Ainda mais difícil é acompanhar como Stalin passou de alguém que seguia os passos de Lênin para alguém que elaborou uma teoria específica em oposição aos “princípios fundamentais do marxismo”. Como questão de método, Lukács nota a tendência do pensamento de Stalin a abolir as mediações e estabelecer relações diretas entre teoria e prática, o que implicou uma radical simplificação de suas formulações teóricas, de maneira que um falso sistema de ideias foi erigido.<sup>22</sup>

Lukács entende que o XXº congresso do PCUS foi um passo na superação do stalinismo e o ingresso numa nova fase da transição na qual as muitas deformações do período anterior poderiam ser superadas, principalmente os chamados “métodos stalinistas”. A expectativa de Lukács era que Kruschchev realmente desse ímpeto a superação dos graves problemas deixados pela época de Stalin. O mais urgente seriam “as medidas econômicas e políticas que introduzem na realidade social uma democratização geral de sentido comunista”.<sup>23</sup>

O ingresso de Lukács no POSH ocorreu somente em 1967, quando as reformas propostas pelo governo de Janos Kadar puderam alimentar por breve tempo as esperanças na democratização socialista da Hungria e de toda a área coberta pelas “democracias populares”. Um movimento democrático mais geral acontecia também na Polônia e mais intensamente na Checoslováquia, com amplíssima participação dos intelectuais. Em todos os casos aparecia como oposição ao Socialismo burocrático de Estado.

No decorrer dos anos 60, Lukács concedeu uma série de esclarecedoras entrevistas, uma das quais se destaca por ter sido concedida a pedido da direção do POSH e feita por Ferenc Féher, em julho de 1968. O tema inicial da conversação foi a figura do dirigente comunista italiano Palmiro

<sup>20</sup> György Lukács, *Carta sobre o Estalinismo*, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 17.

<sup>21</sup> Lukács, op. cit., p.20.

<sup>22</sup> Lukács, op. cit., p. 27-34.

<sup>23</sup> Lukács, op. cit. p. 37.

Togliatti, pelo qual Lukács tinha muito respeito, assim como pelo PCI (assim como por Tito). A rigor, Lukács observava em Togliatti algo presente também em Stalin, que era uma enorme capacidade de movimento tático sem uma teoria e estratégia da qual derivasse a tática.

Em relação à Hungria (algo que pode ser estendido para a URSS e toda a Europa oriental) Lukács indica como não há qualquer hegemonia, cujo indício maior é a afastamento entre partido e classe. Mesmo com algum ceticismo, Lukács ainda acreditava que se poderia democratizar o socialismo burocrático, que preservava ainda muito dos aspectos do stalinismo. Chamava atenção ainda para o agravante de que “com esse marxismo que temos jamais conquistaremos a hegemonia, porque esse marxismo é a pior espécie de manipulação das coisas”<sup>24</sup> e que “não digamos que não há mais o stalinismo, quando existe um sistema desses, influente na vida de todo o país e que milhares e milhares de homens agem em benefício de tal sistema”.<sup>25</sup>

Numa situação como essa seria concebível a democratização socialista? Lukács pensa de início em liberdade de crítica e de expressão, o que alcança escritores, jornalistas, artistas. Em seguida observa a necessidade de a classe operária participar efetivamente da concepção e da execução do plano econômico social, que é de caráter estratégico e deslinda o objetivo do Estado socialista. A democracia no local de trabalho seria o modo de confrontar a apatia existente entre os operários, que se viam apenas como executores de tarefas definidas alhures. Mas, de maneira mais geral, entende que a democratização deve ocorrer e se fundamentar na vida cotidiana, a partir de decisões coletivas tomadas sobre questões do cotidiano, como educação, saúde, transporte, abastecimento, limpeza pública, etc. Lukács pensa então que “se a esse nível surge a democracia, se estende lentamente para o alto, e lentamente para o alto fará valer a própria influência, desde que acima existam aqueles que queiram assumir esse ponto de vista”.<sup>26</sup> A possibilidade da democratização socialista, como imagina Lukács está então condicionada a uma democratização também do partido dirigente.

A experiência democratizante da Checoslováquia, no decorrer de 1968, parecia seguir alguns dos passos indicados por Lukács, mas foi interrompida com a intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia, no mês de agosto. Ainda naquele segundo semestre, Lukács interrompeu a pesquisa sobre a ontologia do ser social para escrever um ensaio sobre a questão da democracia, que ganhou o nome de *Democratização hoje e amanhã*, publicado pela primeira vez apenas em 1985, na Hungria, mas no original alemão. Lukács não acreditava que esse texto viesse a ser publicado na Hungria e por isso pediu que a primeira edição fosse apresentada na Itália, cuja edição, de 1987, trouxe o nome de *L’Uomo e la democrazia*. A edição brasileira é de 2008 e nomeou o texto como *O processo de democratização*.

Lukács começa por apresentar os pressupostos metodológicos da sua exposição e considera que

“toda formação econômica, de um ponto de vista ontológico, é algo dotado de uma legalidade necessária e, ao mesmo tempo, de um ser-precisamente-assim histórico; portanto, de acordo com o seu ser social, formas superestruturais – como, em nosso caso, a democracia (ou melhor, a democratização, dado que também nesse caso segundo uma abordagem ontológica trata-se sobretudo de um processo e não de uma situação estática) de um ponto de vista histórico, como concreta força política

<sup>24</sup> Lukács, “Intervista sconosciuta del 1968”, *Lukács parla: interviste (1963-1971)*, Milano, Edizioni Punto Rosso, 2019, p.72

<sup>25</sup> Lukács, op. cit., p. 87

<sup>26</sup> Lukács, op. cit., p. 93.



ordenadora daquela particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce, opera, torna-se problemática e desaparece.”<sup>27</sup>

Assim é que a forma política da democracia, quando existe, corresponde a determinada formação econômica, ou ainda, a democracia é determinada por seus fundamentos econômicos sociais. A democracia da polis grega só pode ser entendida se for considerado o seu fundamento escravista. A democracia da época burguesa, por sua vez, só é compreensível se observado que só pode existir legitimada pela existência da propriedade privada. A separação entre a sociedade civil -- o conjunto de interesses materiais privados -- do Estado político, o homem econômico real do cidadão ideal, são elementos próprios e incontornáveis da democracia burguesa. Apenas mudanças econômicas significativas induzidas por um movimento popular é que podem induzir mudanças na relação entre base e superestrutura ‘ideal’.

Na democracia burguesa “a realização na sociedade do ‘idealismo’ da superestrutura, nos termos mais puros possíveis, é o meio mais eficaz para dar lugar a uma livre manifestação das tendências materiais egoístas na vida social”, assim como não é casual

“o fato de que – para voltarmos ao nosso verdadeiro problema – o mais puro e explícito ‘idealismo’ abstrato das formas estatais de governo seja o instrumento mais apropriado para afirmar sem obstáculos os interesses individuais do egoísmo capitalista sob a máscara de interesses ideais de natureza universal”.<sup>28</sup>

De fato, quanto mais autônoma parece ser a representação política, mais pode implantar as condições que interessam aos grupos capitalistas dominantes. A tendência da democratização burguesa, no entanto, é a dos interesses privados se apropriarem da esfera ideal da cidadania e assim expor a contradição insanável entre os interesses privados egoísticos e os interesses da generalidade do homem. De antemão Lukács conclui que a democracia burguesa não pode ser uma real alternativa para a superação do stalinismo ainda vigente na URSS e nas democracias populares da Europa oriental.

Para Lukács, “qualquer tentativa de colocar em prática essa alternativa democrático-burguesa conduziria à liquidação do socialismo e, com enorme probabilidade, da própria democracia” e pensar a democratização socialista como a única e real alternativa implica entender que “o ser social efetivo do socialismo atual [1968] é aquele conjunto de instituições sociais, de tendências, de teorias, de táticas, etc. que emergiram da crise do período staliniano”.<sup>29</sup>

Mais uma vez Lukács se ampara nas formulações de Lênin para aventar a tese plausível de que o socialismo fosse uma formação social econômica particular. Nessa trilha, Lukács afirma que

“o primeiro grande ato da passagem ao socialismo, a socialização dos meios de produção, sua concentração nas mãos dos trabalhadores, tem como consequência necessária que os atos sociais referidos à totalidade da economia devem se tornar

<sup>27</sup> György Lukács. “O processo de democratização”, *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008, p. 85.

<sup>28</sup> Lukács, op. cit., p. 93.

<sup>29</sup> Lukács, op. cit., p. 106.



também eles conscientes. Precisamente por isso os trabalhadores deixam de ser servidores para se tornarem senhores do desenvolvimento social do homem”.<sup>30</sup>

Nesse momento de transição socialista é que a questão da autoeducação fica mais acentuada e demarca a necessidade da democracia socialista. O grupo dirigente deve ser ele mesmo educado pela classe de modo a se imunizar frente ao utopismo. O problema que se coloca efetivamente é

“qual deve ser em tal período de transição, a relação entre a práxis meramente econômica, destinada simplesmente a eliminar o atraso, e os atos, as instituições, etc. diretamente orientados para o conteúdo socialista, voltados para a promoção da democracia proletária?”<sup>31</sup>

O nexa entre o avanço econômico socialista e a democracia se coloca de modo mais acentuado na medida em que se constitui uma teleologia social unitária voltada para a construção do comunismo, do encontro do homem com a sua generalidade e a sua completa libertação. Lukács anota que para Lênin,

“o socialismo era uma comunidade social, uma comunidade socialmente consciente (conscientemente criada) de todos os trabalhadores, com o objetivo de elevar, através do próprio trabalho, das próprias experiências, sua existência material e espiritual ao nível de uma ação em comum dotada de sentido”.<sup>32</sup>

Para que se constitua essa comunidade social, a dialética entre base material e base social não pode ser a mesma da democracia burguesa, não pode haver a contradição entre interesses materiais e a representação ideal no Estado. A socialização da produção e a democracia socialista tem uma relação concreta não mistificada e

“por isso, a tarefa da democracia socialista é penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens, desde o cotidiano até as questões decisivas da sociedade; é dar expressão à sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens”.<sup>33</sup>

A realização do socialismo como democracia da vida cotidiana demanda fundamentalmente uma profunda mudança de hábito, de costume, dos homens, um acerto de contas com a tradição cultural e uma autoeducação para a nova vida. Essa concepção de democratização socialista, na leitura da Lukács, Lênin a tinha com clareza, assim como tinha claro os terríveis limites impostos pela situação concreta da Rússia revolucionária. Os limites eram produtos da ação destrutiva da guerra, mas também da burocratização que a guerra civil e anti-imperialista havia resgatado. Mesmo assim, Lênin refletiu sobre políticas que fizessem com que a classe operária resistisse ao Estado que se burocratizava e que

---

<sup>30</sup> Lukács, op. cit., p. 111.

<sup>31</sup> Lukács, op. cit., p. 113.

<sup>32</sup> Lukács, op. cit., p. 114.

<sup>33</sup> Lukács, op. cit. p. 117.

também preparasse o campesinato para se endereçar ao socialismo, como a proposta sobre as cooperativas.

Para o conhecimento das origens daquilo que se chamou de stalinismo, Lukács sabia como era essencial o conhecimento da história social da Rússia dos anos 20. No entanto, essa história estava ainda longe de estar disponível e restava como uma grande tarefa a ser realizada. Por essa razão é que Lukács teve que se limitar a analisar a vitória de Stalin na disputa pelo projeto socialista e as suas consequências decisivas basicamente em torno de questões teórico-metodológicas. O problema passava a ser a configuração de um socialismo burocrático (um pseudo socialismo) e como a partir dele seria possível o resgate da democratização socialista.

Lukács defende a existência de uma descontinuidade teórico-prática entre Lênin e Stálin, que, no limite, chegou até a ruptura com aspectos importantes do marxismo. Uma característica inicial para a qual Lukács chama atenção é o fetiche da continuidade e o desaparecimento da perspectiva histórica e estratégica, com o que passou a prevalecer a priorização da tática na luta política. Não só Stalin, mas o conjunto da direção bolchevique desconsiderou a necessidade de desenvolver os germens de democracia socialista existentes ainda no momento da morte de Lênin (1924). A disputa pelos caminhos a serem seguidos pela URSS girou em torno apenas dos problemas econômicos e as teses defendidas tinham pouca sustentação teórica. Nessa contenda Stálin apareceu como o melhor tático a pode erigir um poder autocrático a partir de 1929.

Na verdade, sempre segundo Lukács, a particularização da economia como ciência autônoma implica a perda de vínculo com a perspectiva histórica de emancipação do gênero humano e passa a se prestar a manipulações táticas. Assim que “a conversão da economia em ciência particular, portanto, é a base metodológica de seu uso manipulatório”.<sup>34</sup>

Essa operação de cisão da totalidade, na prática, retira de pauta a questão do protagonismo dos trabalhadores, da sua autoeducação, da sua capacidade de oferecer soluções aos problemas cotidianos, o que se resume no esmagamento da democracia socialista, cuja expressão maior era os conselhos (soviets). Em tese, para Lukács, nos anos vinte,

“a verdadeira alternativa histórica que então se colocava era a seguinte: seria possível (e de que modo) associar o desenvolvimento econômico (um problema incontornável para o socialismo, já que esse desenvolvimento constitui sua base objetiva) com a construção das precondições sociais de uma democracia socialista; ou, ao contrário, tratava-se, em nome do mero progresso econômico, de colocar essa associação em segundo plano, ou mesmo deixá-la inteiramente de lado?”<sup>35</sup>

Acontece que, na leitura que faz Lukács, a primeira alternativa nem foi considerada por qualquer dos contendores, já que estavam todos imbuídos da visão economicista e não dialética de um “marxismo vulgar”. Na URSS até a práxis política e administrativa acabou por se burocratizar na medida em que a democracia socialista não encontrava passagem. No entanto, mesmo nessas condições a URSS conseguiu desenvolver as bases objetivas do socialismo, mas deixou em aberto a possibilidade ou não de empreender uma democratização socialista.

---

<sup>34</sup> Lukács, op. cit., p. 135.

<sup>35</sup> Lukács, op. cit., p. 147.

As reformas econômicas que se fizeram necessárias desde fins dos anos 50, poderiam abrir a possibilidade da democratização, mas ao constatar que os conselhos não apresentavam condições para iniciar esse processo, Lukács localiza numa possível pressão da “opinião pública” o motor que desencadearia a movimento. De fato, afirma Lukács que “A mobilização dessa opinião pública, hoje – na ótica da dinâmica social – predominantemente ‘muda’ e ‘clandestina’, em uma práxis pública sistemática, me parece o primeiro passo em direção a uma democracia socialista”.<sup>36</sup>

Essa “opinião pública” poderia servir de respaldo a organizações formadas em torno de reivindicações localizadas, ligadas ao cotidiano. Todavia, para Lukács, na verdade, o decisivo seria o resgate do método dialético e da visão estratégica da política revolucionária. Essa visão precisaria se materializar no partido para efetivamente se difundir entre as massas, mudar o hábito social e estimular a democratização socialista.

Nesse texto, Lukács abordou basicamente a situação da URSS. Alimentou boa expectativa com Krushev, mas se decepcionou muito com Brezhnev e com a intervenção política militar na Checoslováquia. Mesmo com todas as demonstrações de estagnação, de como a burocracia era uma força reacionária, continuou a acreditar na possibilidade da democratização do socialismo burocrático.

Em janeiro de 1971, a pedido da direção do POSH, Lukács deixou-se entrevistar e permitiu que suas respostas fossem transformadas em um texto, o qual ficou conhecido como “testamento político”. Para Lukács a Hungria avançava para ser uma democracia puramente formal, mas uma real democratização exigia para começar de autonomia sindical, que tivesse como característica a obrigação dos dirigentes acatarem as decisões tomadas pelos operários. Só assim se começaria a romper com a apatia e desinteresse dos operários, convencidos que estavam de que ao fim qualquer decisão seria sempre tomada pela burocracia sindical e partidária. No limite, essa situação pode gerar greves espontâneas. Não há dúvida que a rebelião operária na Polônia, no ano anterior, incidiu na reflexão de Lukács.

Junto com a democratização sindical, para Lukács surge como da maior importância a questão da cultura operária, não só o nível cultural geral, mas a cultura do trabalho, do conhecimento das máquinas, como foram feitas, para que servem, como podem ser melhoradas, tudo para que o resultado seja um trabalho bem feito e que ofereça autoestima e satisfação ao operário. Esse seria mais um ponto a ser alcançado, pois,

“Ora, desde os tempos do stalinismo, quando se colocava a quantidade produtiva do trabalho à frente de qualquer outro objetivo, desapareceu o conceito de trabalho bem feito; a honorabilidade devida ao bom trabalho foi amesquinhada na fábrica”.<sup>37</sup>

Essa situação, na verdade, na avaliação de Lukács, perdurava na Hungria e reforçava na vida cotidiana da classe operária hábitos adversos ao socialismo, como o ímpeto a valorizar bem de consumo. Se a valorização do homem passasse pelo trabalho bem feito, poder-se-ia criar uma hierarquia de novo tipo, fundada na cultura do trabalho, no trabalho fundado no conhecimento e na criação.

---

<sup>36</sup> Lukács, op. cit., p. 176.

<sup>37</sup> György Lukács, “Testamento Político”, *Socialismo e democratização: Textos políticos 1956-1971*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008, p. 222.

Mas Lukács identifica outros problemas para que se desenvolva uma democratização socialista na Hungria. A reforma de 1867 (da qual surgiu o Império da Áustria-Hungria), a ditadura de Horthy e a ditadura stalinista de Rákosi (1948-1956), de algum modo preservaram uma tradição feudal na Hungria. A revolução de 1919 e a experiência da nova democracia (1945-1947) tinham condições de levar a revolução burguesa ao limite e abrir caminho para o desenvolvimento da democratização socialista, mas ambas as experiências foram bloqueadas pelo inimigo de classe. Assim que a reabertura da possibilidade da democratização socialista passa pela renovação do aparato partidário com o afastamento dos muitos dirigentes rakesistas que ainda prevaleciam e que temiam a organização espontânea das massas em torno de reivindicações ligadas à gestão da vida cotidiana. De fato, na democratização da vida cotidiana é que Lukács vislumbrava as possibilidades do socialismo, que se percebia muito difícil.

A última intervenção pública de Lukács foi uma entrevista concedida ao francês Yves Bourdet, em abril de 1971, menos de dois meses antes que a morte o alcançasse. Lukács continuava a insistir na necessidade premente de uma reforma econômica em todos os países que haviam ingressado na transição socialista, mas enfatizava também que “uma real reforma econômica não pode, todavia, realizar-se senão por meio de uma democratização da vida cotidiana dos operários, um problema ainda não resolvido”<sup>38</sup> e que “para uma real mudança, é necessária uma verdadeira democracia proletária; com isso, entendo somente a democracia dos soviets de 1917. E não creio que, sem uma espécie de retorno aos soviets de 1917, seja possível cumprir reformas reais”.<sup>39</sup>

## Conclusões

Dessa exposição se evidencia como Lukács tinha em Marx, Engels e principalmente Lênin as suas referências teóricas mais decisivas. De fato, toda a reflexão sobre a democracia e a democratização tem o seu parâmetro no pensamento de Lênin. Para pensar a revolução democrática na Hungria, Lukács utiliza as categorias de ‘ditadura democrática’, em 1929 e de ‘nova democracia’ ou ‘democracia popular’, em 1945-1947. Com a Hungria era um país de capitalismo retardatário e que trazia ainda muitos aspectos feudais, tratava-se de realizar uma revolução democrática burguesa a ser conduzida pela aliança operária camponesa, mesmo que o papel dominante da burguesia persistisse por algum tempo. Essa reflexão se inspirou no entendimento que Lênin teve na revolução russa de 1905 e também no período de março a novembro de 1917, na Rússia, além da experiência húngara de 1918-1919.

Para Lukács, o protagonismo espontâneo das massas, sua capacidade de se organizar / educar, de desenvolver a consciência social socialista, era condição para que não só a revolução burguesa se realizasse completamente, mas se transformasse no seu negativo, a democracia proletária. Então, um primeiro ponto da reflexão de Lukács sobre a democracia diz respeito ao processo revolucionário de passagem para a transição socialista. Assim, a ‘ditadura democrática’ ou ‘nova democracia’ ou ‘democracia popular’ é um momento de aproximação da revolução socialista.

Em grande medida, o uso de Lênin é feito para se contrapor a Stalin, para fazer a crítica do stalinismo. Ainda que Lukács tenha apoiado Stalin na disputa política que percorreu o período da NEP desde a morte de Lênin até 1929, e tenha também apoiado a industrialização acelerada, a realidade é que a oposição ao stalinismo, do ponto de vista teórico, esteve presente desde 1929, quando da discussão

<sup>38</sup> Gyorgy Lukács. *Lukács parla: interviste 1963-1971*, Milano, Edizioni Punto Rosso, 2019, p. 183.

<sup>39</sup> Lukács, op. cit., p. 185.

sobre as Teses de Blum. Então temos um Lukács sempre com Lênin, contra Stálin, contra o stalinismo, contra o burocratismo e a burocracia. O stalinismo seria uma deformação do socialismo ou uma involução inesperada da democracia popular. A crítica velada ao stalinismo apresentou-se pela primeira vez em 1940, quando Lukács se encontrava ainda na URSS. Era quase uma invocação para que os intelectuais, com tribunais do povo, com educadores se empenhassem na crítica concreta ao burocratismo (que o próprio Stalin dizia combater).

Após anos de silêncio obrigado, a partir de 1956, Lukács, de modo intermitente, começa a expor a crítica ao stalinismo, mas ainda muito na linha do XX congresso do PCUS, mesmo que apontasse o óbvio limite da tese do “culto a personalidade”. Foi depois do XXII Congresso dos comunistas soviéticos é que Lukács aprofundou a crítica e aprofundou os contatos com o PCI. Depois da sua volta ao partido húngaro, a sua crítica ao stalinismo e a indicação das possibilidades da democratização do socialismo ganhou fôlego. Acontece que o muito insuficiente impulso democrático na Hungria, a intervenção da Checoslováquia e a regressão na URSS, mostraram um cenário das gigantescas dificuldades de uma empreitada como essa.

Lukács julgava que se os fundamentos econômicos sociais do socialismo estavam postos e o stalinismo era uma deformação ou desvio, algum caminho para a democratização deveria haver. Sem o resgate do protagonismo das massas trabalhadoras a democratização seria impossível, mas como isso poderia acontecer?

Uma dialética democrática teria que surgir com a liberdade de expressão e organização social e cultural, com a liberdade sindical. Haveria que se conquistar essa liberdade por força da ‘opinião pública’, que expressaria as reivindicações democráticas. A democratização socialista teria encontrar o seu fundamento no local de trabalho, na gestão da fábrica, na decisão do que, para quem produzir, no trabalhar bem e com satisfação. A democracia deveria então se difundir para a vida cotidiana, para a gestão do espaço público, mas que alcançasse o conjunto das relações sociais. Enfim, seria necessária uma profunda mudança no costume, no hábito, nas concepções de mundo e de vida.

A liberdade de criação cultural também deixaria livres os intelectuais para empreender a tarefa de superar o stalinismo e resgatar e renovar o marxismo, o qual, ao se difundir, incidiria decisivamente nessa mudança cultural indispensável ao socialismo, já que esse é precisamente a democracia da vida cotidiana. Mas esse cenário de democratização só se realizaria se fosse capaz de se difundir para parcela importante do partido dirigente. Lukács alimentava também a esperança de que uma ofensiva socialista nos países de democracia burguesa do Ocidente poderia oferecer um estímulo democratizante também na Europa oriental. São perceptíveis algumas oscilações na formulação de Lukács no problema da democratização: oscila sobre a questão dos conselhos, que são ignorados em várias ocasiões nas quais se manifestou, não toca claramente na questão da dualidade de poder, nem na fase da ditadura democrática / nova democracia, nem na luta pela democratização socialista, na qual a sua posição pode ser qualificada como reformista.

Na luta ideológica contra o stalinismo e contra as ideologias burguesas, Lukács, afirma categoricamente que a saída do stalinismo não poderia ser uma democracia liberal burguesa, pois esse seria o fim do socialismo sem que a democracia se realizasse. O mais provável, pode-se deduzir, seria a restauração de alguma forma de fascismo. Como se sabe, a democratização socialista ficou limitada a alguns tímidos passos em alguns países de democracia popular. Criou-se uma ‘opinião pública’ democrática, houve oposição dos intelectuais, mas o protagonismo das massas trabalhadoras com a clara e resoluta vontade de democratizar e mesmo aprofundar o socialismo não aconteceu. As

burocracias defenderam as suas posições, as frações partidárias interessadas em conduzir a democratização não tinham influencia de massa e nem clareza teórica e estratégica. O resultado é que em 1989-1991 todas as democracias populares da Europa oriental e a própria URSS vieram abaixo e o que se viu foi a instauração de um capitalismo periférico com variantes de fascismo liberal. A incidência da ideologia e dos recursos imperialistas contribuiu para a derrocada do socialismo burocrático de Estado e também para a conversão colonial da maior parte daqueles povos.

### Bibliografia

#### a) Escritos de Lukács

LUKÁCS, György, *Escritos tempranos (1919-1929)*, Buenos Aires, Ediciones El Cielo por Asalto, 2005.

LUKÁCS, György. *Carta sobre o Estalinismo*, Lisboa, Seara Nova, 1978.

LUKÁCS, György. *L'uomo e la democrazia*, Roma, Lucarini, 1987

LUKÁCS, György. *Lukács parla: Interviste 1963-1971*, Milano, Edizioni Punto Rosso, 2019.

LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.

LUKÁCS, György. *Socialismo e democratização: Escritos políticos 1956-1971*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

#### b) bibliografia auxiliar

FEJTÖ, François. *Storia delle democrazie popolari: l'era di Stalin*. Milano, Editori Bompiani, 1977.

FREDERICO, Celso. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo, Editora Moderna, 1997.

GUERRA, Adriano. *Gli anni del Cominform*. Milano, Mazzotta Editore, 1977.

KONDER, Leandro. *Lukács*. Porto Alegre, L&PM, 1980.

NETTO, José Paulo. *Lukács: o guerreiro sem repouso*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.